

O Sítio das Drogas

Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos

Luís Fernandes

A Emergência dos Territórios Psicotrópicos

Quando, em meados dos anos 70, os usos de substâncias psicoactivas conheceram uma forte expansão em Portugal, os vários dispositivos de gestão do social desmultiplicaram-se num labor discursivo que, no seu conjunto, definiu os contornos do “problema da droga”. Estava, daí em diante, à nossa frente a grande ameaça colectiva, que se dizia exigir uma rápida e eficaz resposta.

A resposta, mais rápida do que eficaz, produziu instituições específicas de controle do consumidor de drogas: controle duro (polícias especializadas) e controle mais soft (médico-sanitário, psicológico e preventivo). As formas explicativas que recobriam estas acções centravam-se na figura da toxicomania juvenil, acabando por criar o consenso em torno da ideia da droga-doença.

Ao princípio, pois, era o toxicómano juvenil. Mas rapidamente se descobriu que este não existia sem uma outra figura, a do dealer. Da fase do hospital (droga-doença) passamos à fase da mercearia (droga-comércio). As formas explicativas deslocam-se então para a droga-delinquência. Ela é fenómeno de mercado, há “mercearias” um pouco por toda a parte numa cidade paralela, feita de recantos e trocas ilegais. Um mercado preocupante porque agido por delinquentes, porque corruptor do toxicómano (cada vez, aliás, menos juvenil, se bem que iniciando-se progressivamente mais cedo nos consumos), obrigado a desenvolver um lado anti-social da sua pessoa para dar resposta ao preço exorbitante daquela que, a partir daí, é a grande protagonista – a heroína. Do toxicómano juvenil passamos ao junkie, a quem as

autoridades e a comunicação social imputam o aumento da criminalidade e da insegurança urbana. Os actores hibridam-se, concretizam-se em novos personagens: o junkie-dealer (o “traficante-consumidor”), o sem-abrigo-junkie (os mendigos pós-modernos), o ex-recluso-dealer, a prostituta-junkie, o polícia-que-afinal-é-dealer (1), o adolescente desescolarizado-angariador de junkies, a senhora idosa do bairro-vendedora de limões, a “velhota”-que-deixa-guardar-pó-em-sua-casa, e finalmente o recém-aparecido arrumador de automóveis. Desenvolve-se uma micro-economia que o discurso social diz que é ali (ali, no Casal Ventoso, na Buraca, na Pedreira-dos-Húngaros; ali, na Sé, no Aleixo, no S. João de Deus,...); uma micro-economia que os moradores dizem estar à vista, mas que, em chegando a polícia, afinal ninguém viu – e esta, por sua vez, sabe mas não tem meios, sabe mas há cumplicidades da população com os dealers, sabe mas, bem vistas as coisas (que não se conseguem ver...), sabe mas não sabe (2).

A comunicação social passará então a produzir uma insistência discursiva que erige em espectáculo os lugares onde se desenvolve o comércio de heroína (e outros produtos, secundarizados pelo império lucrativo da white queen), os lugares que têm o poder de atrair não apenas quem aí vai comprar mas uma série de actores das margens, através dum fenómeno de associação diferencial cuja mecânica já E. Sutherland, nos anos 30, esclareceu. Aparece a designação “hipermercado das drogas” e diz-se que o mais abastecido é o lisboeta Casal Ventoso. Estes sítios são identificados com áreas habitacionais que já tinham situações de pobreza, de marginalização, ou sim-

plesmente de periferia e densificação populacional, com dificuldades de acesso à cidade normativa. As drogas vêm apenas agudizar-lhes o estigma de marginais que já possuíam e trazê-las para a visibilidade pública, tornando-as manchetes dos noticiários (3). Como são zonas que o cidadão médio desconhece da sua experiência directa, dada tanto a marginalidade espacial e dos circuitos económicos da urbe como o seu estigma de “territórios perigosos”, ele apenas pode conhecê-las a partir da notícia e do rumor quotidiano que sobre elas se instala. A um evitamento experiencial sucede-se uma redução cognitiva (Fernandes, 1994), que vincula o estereótipo de que são unicamente lugares de marginais e drogados – o topos do perigo, aí onde nasce e donde irradia a insegurança urbana.

Enquadramento Teórico-Metodológico

A Etnografia aplicada ao Fenómeno Droga

Os raciocínios que acabámos de expôr, se bem que sejam esquemas gerais de interpretação, resultam do trabalho empírico que temos vindo a realizar nos territórios ditos “das drogas” na cidade do Porto, enquanto investigadores do Centro de Ciências do Comportamento Desviante.

Descreveremos na próxima secção aquilo a que chamámos o efeito Casal Ventoso, com o qual pretendemos ilustrar no concreto o que desenvolvemos na secção anterior. Por agora, daremos notícia breve do método de investigação que temos utilizado e do enquadramento teórico que permite interpretar os dados descritivos obtidos no terreno.

A Etnografia

Etnografia, trabalho de campo etnográfico (por oposição ao realizado através de inquérito com amostragens pré-definidas), método etnográfico, pesquisa de terreno, fieldwork, são várias das expressões utilizadas na terminologia metodológica das ciências sociais para designar uma actividade que consiste em partilhar durante um tempo uma parte da vida dos indivíduos que a investigação visa. É um método de trabalho naturalista que faz dos contextos de ocorrência dos fenómenos ordinários os lugares onde o investigador recolhe os seus dados. Requer longa permanência no terreno e aceitação da premissa de interacção

com os indivíduos, os grupos e as situações que ocorram. O principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador: recolhe dados através das várias modalidades de observação (desde a distanciada até à participante), através de conversas, das entrevistas a informantes privilegiados, da utilização de fontes documentais; é também o investigador quem regista e codifica os dados e realiza as inferências. Este método tem a sua origem na etnologia e na antropologia cultural e foi bem estabelecido e desenvolvido tanto na Inglaterra, inicialmente por Malinowski, como pelos sociólogos da Escola de Chicago, em ambos os casos já desde os anos 20 (Cf. Evans-Pritchard, 1972; Coulon, 1992; Hammerz, 1980). Chegou até aos nossos dias como um método de particular aplicação no domínio do comportamento desviante, quando se trata de investigar as populações resistentes a outros tipos de metodologias (as “hidden populations”, Adler, 1990). Para a definição, descrição e aplicação da etnografia remetemos, para além do clássico White (1955), por exemplo para Hammersley & Atkinson (1983), para Coulon (1992), ou para Dan Rose (1990). No que toca à sua aplicação no campo das drogas, remetemos, para além do clássico Becker (1963), para Adler (1990), que estabelece a sua particular aplicabilidade naquilo que designa por “hidden populations”, e que no seu caso foram traficantes de médio alcance da cocaína, para Kaplan & Grund (1989) ou para Romani (1994), que faz o levantamento duma série de etnografias das drogas e discute as vantagens do método. Kaplan, um tanto simplisticamente, dizia que a etnografia consiste em ouvir, falar, discutir e interagir – parece fácil. Becker e McCall (1990) dizem que o melhor método para responder a questões é, tão-só, “going to see for yourself” – daí defenderem o estilo de pesquisa etnográfico, que consiste na arte de obter respostas sem fazer grandes perguntas...

A etnografia não deve ser confundida com outras etiquetas que, pretendendo por vezes designar métodos, designam sim características básicas do método etnográfico: estudo intensivo, estudo qualitativo, estudo de caso (aqui o caso é, não o indivíduo, mas uma unidade territorial: um bairro, um quarteirão, um bar, uma esquina de concentração de grupos ou actividades...). Não deve confundir-se, como por vezes se faz, com aquela que é uma das suas técnicas básicas: a observação participante. “É necessário definir a observação participante como um

dispositivo particular de pesquisa que toma lugar nesta perspectiva mais global da etnografia” (Coulon, 1992).

Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos

Com este título designamos o trabalho de campo etnográfico que temos vindo a elaborar desde 1990 em alguns bairros do Porto conotados com drogas. Um levantamento prévio do discurso da imprensa permitiu identificar os que são mais insistentemente referidos, bem como a atenção do investigador ao rumor quotidiano dos habitantes da cidade (o “é ali” das drogas) e a alguns documentos oficiais (relatórios de polícia, diagnóstico de técnicos de acção social). Como técnicas básicas empregámos a observação participante – que, entre Outubro de 1992 e Julho de 1993, passou mesmo por residir num desses bairros –, as técnicas com informantes privilegiados e a recolha de documentação, particularmente o discurso da imprensa (4).

A Interação Simbólica

Se o estilo de pesquisa que acabámos de expôr radica, de longe, na Escola de Chicago e tem, mais perto de nós, sido desenvolvido sobretudo pelos trabalhos da sociologia qualitativa e pela antropologia urbana, o seu enquadramento teórico tem sido fundamentalmente (mas não exclusivamente) o da corrente do interaccionismo simbólico.

Recorremos a Becker & McCall (1990) para sintetizar as suas linhas-mestras: “Cada acontecimento humano pode ser compreendido como o resultado do ajustamento do que as pessoas envolvidas fazem relativamente ao que os outros fazem, assim, cada linha individual de acção cruza-se com a dos outros. (...) Os seres humanos apenas podem comportar-se desta forma porque podem incorporar as respostas dos outros no seu próprio acto e assim antecipar o que provavelmente acontecerá, criando neste processo um “self” no sentido que lhe deu Mead. Esta ênfase na forma como as pessoas constroem o significado dos actos dos outros é onde está o lado simbólico no termo interacção simbólica”.

Riduejo Alonso (1982), no prólogo que escreve para a obra *Symbolic Interactionism Perspective and Methods*, de Herbert Blumer, o criador do termo interaccionismo simbólico, sintetiza-o em três premissas básicas: o ser humano

orienta os seus actos em relação às coisas em função do que estas significam para ele; a fonte desse significado é um produto social, que emana das actividades dos indivíduos ao interagir; a utilização do significado pelo agente produz-se através dum processo de interpretação própria, que supõe auto-interacção e manipulação de significados.

O comportamento é, pois, sentido – o acesso que podemos ter ao sentido só pode fazer-se através do discurso do actor sobre as suas acções, não está inscrito na acção em si mesma. Assim, consumir drogas, sendo aparentemente um comportamento observável e portanto descritível, é antes um acto: depende do sentido que faz para o sujeito (o modo como o inscreve na sua história e na sua cosmovisão), depende da forma como ele interacciona esse comportamento enquanto símbolo de alguma coisa em si e que a reacção dos outros lhe devolve também enquanto símbolo. O comportamento é, assim, um devir, aberto a diferentes possibilidades emergenciais de acordo com a própria reflexão que o actor produz enquanto se comporta – reflexão que depende da interacção de símbolos que ocorre incessantemente. Coulon (1992) enuncia assim o princípio fundamental do interaccionismo: “É necessário compreender o que fazem os indivíduos acedendo, do interior, ao seu mundo particular, e tratar-se-á pois de descrever os mundos particulares dos indivíduos dos quais queremos compreender e analisar as práticas sociais”. A escuta dos sujeitos, mesmo quando as suas acções parecem ilógicas ou auto-destrutivas, é assim o método fundamental. Como dizem os etnometodologistas, “somos todos sociólogos no estado prático. O real está já descrito pelas pessoas. A linguagem ordinária diz a realidade social, descreve-a e constitui-a ao mesmo tempo” (Coulon, 1987).

O interaccionismo simbólico atribui grande importância aos processos de construção do sentido das condutas (as teorias processuais de que Becker ou Goffman são um bom exemplo) e, no caso das condutas reprovadas socialmente num dado momento, atribui importância ao processo de reacção social que conduz à etiquetagem e ao estigma (as labelling theories, teorias da etiquetagem). É, em síntese, uma tradição de pesquisa empírica que tem na etnografia um dos instrumentos fundamentais e demonstrou-se sobretudo útil na área dos comportamentos desviantes – desde os etnógrafos da Escola de Chicago até E. Sutherland, desde Blumer a Becker e David Matza aos estudos culturais das práticas juvenis da Escola de

Birmingham (5). Utiliza uma racionalidade fundamentalmente fenomenológica e interpretativa e privilegia as abordagens qualitativas, tendo como problemática o mundo concreto da experiência vivida e o sentido que esta faz para os actores envolvidos.

Tal como o método etnográfico, percorre várias disciplinas das ciências humanas. Devemos assinalar, no entanto, o papel marginal que tem tido na psicologia, o que até seria compreensível se lembrássemos a forma como sempre secundarizou os trabalhos de índole fenomenológica em favor duma tradição positivista, desde os fundadores (Helmholtz, Wundt, ...) até aos behavioristas e a toda a legião de passadores de questionários.

O que fazemos na próxima secção é uma interpretação dos acontecimentos recentes, amplamente noticiados pela comunicação social, em bairros ditos “de drogas”, a partir do trabalho etnográfico e utilizando como referencial a interacção simbólica. Tomamos como acontecimento não apenas as ocorrências captáveis no terreno mas também as mensagens mass mediáticas a seu respeito, já que estas interagem, como veremos, com aquelas.

O Efeito Casal Ventoso

Os bairros do Casal Ventoso, em Lisboa, e da Sé, no Porto, têm encabeçado nas manchetes da comunicação social o ranking dos sítios onde um mercado activo de drogas e uma grande afluência de consumidores seriam o factor de afundamento, apresentado como quase catástrofe, da sociabilidade local.

Vejamos que símbolos da ordem e da desordem estão a ser transacionados através desta reacção de alarme social aos proclamados “hipermercados das drogas”, vejamos a função que cumprem e os efeitos que induzem; vejamos, finalmente, aquilo que permitem revelar – tomaremos para isso a Sé como analisador.

Dividiremos o efeito Casal Ventoso em dois momentos: o discursivo e o da acção.

Momento Discursivo: O Rumor Insecurizante (6)

A Sé, bairro de centro histórico, é já de há muito conotada com o comércio das drogas. Desde que há mercado permanente de heroína – solidifica-se em meados dos anos 80 – que ela assume importância nesta economia

subterrânea. Isso mesmo pudemos confirmar numa pesquisa etnográfica que aí conduzimos (Fernandes & Agra, 1991). São tanto os moradores como os consumidores que aí vão comprar que, inicialmente, estabelecem o facto que poderíamos enunciar assim: a Sé está cheia de droga.

O passo seguinte é protagonizado pelos mass media. Com uma insistência crescente vão-na noticiando como sítio de drogas. Primeiro com notícias de teor informativo e curtas (“Casal de traficantes detido na Sé”; “Rusga da PSP detém traficantes”), depois com outras de teor apelativo e emocional e carregadas valorativamente (“Mundo de marginais aos pés da Sé Catedral”; “O coração histórico do Porto está gravemente atingido”); só numa fase muito mais tardia surgem notícias com pretensões analíticas, mais próximas do jornalismo sociológico – mesmo assim, tem sido apenas um jornal diário a ter esta preocupação.

A proliferação discursiva mediática, partindo de factos concretos, amplia-os e dá-lhes visibilidade. Dá-se a confirmação pública do rumor “ali está cheio de drogas” – os jornais funcionam como veredicto daquilo que não vemos directamente. Isto acontece num clima de crença generalizada no aumento das drogas em Portugal: mais apreensões de produtos, mais detenções, mais consumidores a ir aos centros de atendimento, mais sítios onde se vende droga (e mais polícias para o combate, e mais terapeutas para o tratamento e educadores para a prevenção, e mais dinheiro para o combate, e mais combate, e mais droga – e o ciclo recomeça).

Numa palavra, desenvolve-se o rumor insecurizante em torno das drogas, elegendo os locais ditos da sua transacção e consumo como o facto noticiável e o factor de desestabilização social. Os sítios das drogas passam a ser os lugares da génese dos estereótipos e dos rumores, substituindo-se à figura da década anterior, o “toxicómano juvenil”. Não exploraremos neste artigo a natureza e os mecanismos do rumor. Remetemos, por exemplo, para Stanley Cohen (1972), para Ackermann, Dulong e Jeudy (1983), para Bastenier (1989) ou para Champagne (1991). Mas sempre convém lembrar que o rumor “é um processo de comunicação que não se define pela verdade ou falsidade das mensagens que transmite, mas pela função social que preenche: acalmar uma tensão que a opinião pública experimenta como uma ameaça na ausência de orientação política clara. Pelo rumor, os actores sociais compensam as lacunas de informação que lhes permitiriam compre-

ender e eventualmente dominar a sua situação” Bastenier, (1989). Ackermann, Dulong e Jeudy (1983) advertem para o facto de ser como rumor “que é necessário representar a insegurança se queremos compreender algo sobre ela. Ela não é a soma cumulada de miríades de assaltos (...) mas o ruído surdo provocado por uma infinidade de sussurros onde se comunicam as histórias da delinquência: o que nos aconteceu, o que aconteceu a um vizinho, o que aconteceu a alguém que conhece a pessoa que nos contou... Todos estes acontecimentos desagradáveis (...) têm também por efeito fazer circular, com a sua narração, todo um comentário sobre a sociedade”.

Chamam depois a atenção para uma característica central do rumor insegurizante: “a insegurança é, antes de tudo, aquilo que faz falar. Antes de dar origem a uma multiplicidade de medidas de protecção, ela existe como um campo ilimitado de palavra. Ela dá um conteúdo (...) às conversações com que se começa o dia ou ao fim da tarde nos bares, serve de alimento às relações de vizinhança, preenche a comunicação na família, etc.” (Ackermann, Dulong e Jeudy, 1983). Característica curiosa salientada pelos autores é a da sua fácil alimentação. Ao contrário doutros temas que têm que ser reactivados para permanecer na ordem do dia, o da conversação sobre a desviância e a insegurança parece não ter fim: “É como se bastasse lançar-se sobre um reservatório de palavras pronto a derramar-se”. É como se se tratasse dum objecto natural de discussão, “ao ponto de podermos imaginar que certos grupos sociais não falam senão disso” (Ackermann, Dulong e Jeudy, 1983). Esta infinidade de conversações que fazem circular o rumor insegurizante constituem-no num imaginário relativamente estável.

O rumor é pois uma forma de pensamento social de senso comum a propósito de factos inquietantes, perturbadores ou vividos como transgressivos e que propõe explicações mais ou menos ingenuistas. Estas proto-explicações são avançadas antes mesmo de se compreender bem os fenómenos que o rumor elege. Ele tem, assim, condições para se instalar quando tais factos são alvo de pedido social de intervenção urgente mesmo antes da sua natureza estar esclarecida. Uma das formas ingénuas de explicar consiste em isolar a pretensa fonte de desordem, para depois lhe aplicar medidas: “Em certos momentos da sua história, quando uma sociedade vê o seu meio atingido por uma série complexa de acontecimentos e quando

os actores sociais discernem mal a dinâmica que torna caducos os equilíbrios antigos, procuram activar-se mecanismos destinados a expulsar o que pode ser considerado como a causa ou a fonte das transformações” (Bastenier, 1989). As teorias que se debruçaram sobre o fenómeno do “bode expiatório” já esclareceram esta tendência a isolar as “fontes do mal”.

Eis-nos chegados à função que cumpre este momento discursivo: topologizar o medo, circunscrevendo-o. Os indivíduos e grupos desviantes são identificados a um lugar; este lugar parece ser, pelas concentrações de marginais que promove, a raíz do mal. Função, pois, de atribuir um sítio concreto a uma ameaça que doutro modo teria de ser representada difundida por toda a sociedade, o que conferiria uma grande incerteza à nossa experiência quotidiana. Em suma, substancializa-se o mal topologizando-o. Função, pois, de produzir uma certeza cognitiva pondo-a no lugar do incerto e do desconhecido. “As certezas cognitivas, por rudimentares que sejam, fornecem uma “explicação” do que acontece e regulam intelectualmente as turbulências sociais(...) A sua função não é comunicar verdades mas reflectir um estado social de crise do qual ela procura sair (...)” (Bastenier, 1989).

Quanto ao efeito do rumor, traduz-se na criação de estereótipos: os “hipermercados das drogas”, a figura do consumidor como o indivíduo marginalizado, pobre, desempregado de longa data, ou simplesmente o jovem de classe média que se desqualificou socialmente por entrar em contacto estreito com os sítios das drogas. A cristalização destes estereótipos no imaginário colectivo configura a partir daí o próprio conteúdo do rumor: “cada um conhece ou conhece alguém que conhece...”. Que conhece, no nosso caso, um junkie que conhece os dealers todos do bairro, que conhece o bairro, que já lá foi e afinal ninguém lhe fez mal mas aquilo é mesmo um clima de cortar-à-faca... Note-se que uma das características do pensamento por estereótipo é a de julgar antes de conhecer.

Mas o rumor tem mais efeitos, que explicam a persistência com que se instala: actualizando, pelo linguajar quotidiano de histórias “verdadeiras”, o sentimento de insegurança, funciona como seu exorcizador — tem valor catártico. (É bem conhecido este processo na psicologia infantil: falar e sonhar com coisas ameaçadoras é uma forma de lidar cognitivamente com elas. Falar no medo é dominá-lo.) Por sua vez, um sentimento de insegurança difundido, por vezes

sob a forma de pânico moral (Cohen, 1972) como acontece entre nós com as drogas, legitima o reforço do controle social. Nas suas formas extremas pode chegar à violência (vidé notícias sobre polícia a intervir na Sé espancando com tacos de baseball), mas o normal é que se verifique o endurecimento da lei (vidé recente revisão da lei da droga no Código Penal) e o reforço policial (vidé policiamento non stop na Sé depois da reportagem da SIC que referimos na nota nº 6, vidé postos móveis da PSP no Bairro do Aleixo). Estamos já, afinal, a introduzir o segundo momento do efeito Casal Ventoso — o momento da acção.

Momento da Acção: Os Sítios Sitiados

Vimos até agora como a escalada discursiva sobre as drogas se centra actualmente mais nos lugares — os “lugares de concentração de marginais” — do que individualmente no consumidor, vimos como o estereótipo dos “mundos das drogas duras”, do “traficante”, dos “sítios perigosos”, legitimam o controle social duro. Justamente o que é provocado pela propagação discursiva dos casais ventosos que por aí há — a mensagem é típica: “mas não é só no Casal Ventoso, há muitos por aí” — é um duplo efeito de acção: no dispositivo de controle social e nos actores das drogas.

Dispositivo de controle social

O reforço das acções policiais é a primeira acção. Nos dois bairros do Porto apontados como “os piores” conhece duas modalidades: na Sé começa com raids, que logo são denunciadas pela própria população como violentos e atingindo sobretudo os consumidores; evolui para um policiamento non stop, com a mudança dos turnos a realizar-se primeiro na esquadra e depois no próprio bairro; no Aleixo é colocado um posto móvel da PSP. O comando da PSP demonstra assim com estas acções que são falsas as acusações de passividade dirigidas pela população através dos media em pleno auge do pânico moral que tem na já aludida reportagem da SIC o desencadeador final. Note-se que a população denota em relação à polícia uma grande ambivalência: reage denunciando-lhe primeiro a demissão e o “deixa andar”, denuncia-lhe depois a acção, como se o “deixa andar” desse lugar ao exagero repressivo.

Num momento posterior várias instâncias tentam esclarecer este movimento de acção-reacção: Câmara

Municipal, Governo Civil, direcções das polícias, Projecto Vida... Falam em “problematizar”, “tomar medidas racionais”, “criar o Conselho Municipal de Segurança”, que procuraria articular todas as instâncias responsáveis pela ordem pública.

O tema de fundo deste diagrama institucional é o da segurança urbana. A sua função, tal como a das acções no terreno da PSP, é a da reposição da ordem simbólica, tentando pôr cobro ao clima de crença na desestruturação das relações sociais e da convivência. É sintomático que as notícias da imprensa sejam agora mais sobre detenções de traficantes bem sucedidas nas zonas visadas, ou sobre acções cívicas de restauro da normalidade — títulos como “Vamos varrer a Sé”; “Sé de cara lavada”, “Criado Espaço Jovem do Aleixo”.

Actores das drogas

Os principais protagonistas do mercado de rua das drogas reagiram rapidamente às medidas de reforço repressivo. Como metáfora daquilo que de imediato aconteceu (é preciso seguir aquilo que se passará num segmento temporal mais largo, mas isso só será possível daqui a algum tempo) pensemos no que ocorre quando se recorre a um desentupidor para remover um aglomerado de objectos: eles não desaparecem, apenas se transferem de lugar. A dinâmica que o instrumento instaura não age modificando a natureza daquilo que dispersa, mas sim modificando-lhe o lugar. A sua desaparecimento do campo do observador não significa, portanto, que deixou de existir. Esta lei tão básica da mecânica das coisas aplica-se também, pelos vistos, ao mundo social. E o que a observação de terreno demonstra é precisamente o, chamemos-lhe, mecanismo do desentupidor: impedidos, no lugar onde trabalhavam, de ter acesso ao comprador, que por sua vez não entra no bairro porque o vê vigiado, tomam a iniciativa de mudar de lugar. Para onde? Para as ruas das imediações, no caso da Sé; para bairros vizinhos ou para a marginal do Douro, no caso do Aleixo. Produz-se, com este “mecanismo do desentupidor”, um efeito de disseminação ínfima. Os actores diluem-se agora por zonas contíguas, ao mesmo tempo que alteram a estratégia interactiva: em vez de se concentrarem numa esquina, onde além da venda se processava algum consumo e sobretudo se desenvolvia uma convivialidade

típica, tudo se passa agora em movimento. A aparência é pois a de que se “limpou” o terreno (as habituais concentrações de dezenas de indivíduos desfazem-se), a realidade é a de que se dá uma disseminação ínfima dos actores das drogas pelas zonas circunvizinhas. Os comerciantes das ruas em volta do bairro da Sé rapidamente se apercebem disso e a imprensa dá eco dos seus protestos dirigidos à nova vizinhança... Nos primeiros dias da invasão policial da Sé era curioso notar a alteração do tipo de actor social que frequentava a rua principal que, já de fora dele, delimita o bairro (uma rua comercial da cidade normativa). Finalmente o cidadão comum pôde então ver ao vivo os indivíduos que só entrevia nas reportagens televisivas, embora os não veja a vender ou a consumir; é que ocorria a algo cómica situação que consistia em os dealers aguardarem pacientemente que os polícias fossem à esquadra mudar de turno (numa segunda fase passam a mudar no próprio local) para fazerem rápidas incursões ao bairro (presume-se que buscar psicoactivos aos lugares onde os guardavam).

Constatámos, no entanto, que nem mesmo assim deixou de se realizar compra e venda de droga no interior da Sé. Bastava que para isso os polícias dobrassem a esquina – e há muitas esquinas no bairro, que apresenta uma matriz física óptima para se jogar às escondidas, a começar no facto de não lhe entrar sequer o sol.

Que podemos dizer a propósito dos fluxos e refluxos que acabamos de descrever entre quem age os dispositivos de controle social e quem age os territórios psicotrópicos? Avancemos com duas considerações:

a) a microfísica das drogas: os jogos dos seus actores, a aliança dealer-junkie, que é o elo final e visível do complexo percurso das drogas, seguem inalterados. Mudam só algumas estratégias interactivas: desconcentram-se os lugares, desarticulam-se as esquinas já demasiado referenciadas, e activa-se uma nova rede de poisos e pontos de contacto. É a disseminação ínfima dos actores, que explorará novos interstícios da cidade. Isto criará, com elevada probabilidade, novos territórios psicotrópicos, expondo novas zonas às actividades do dealer e familiarizando novos adolescentes com algo que, até agora, não se passava às suas portas. Isso mesmo pudemos já constatar num dos bairros da zona da Pasteleira onde operam agora dealers que tiveram de sair do Aleixo: foram postar-se logo num dos locais escolhidos por dezenas de crianças como espaço de brincadeiras... É no entanto necessário ter precau-

ção e esperar para ver, pois pode acontecer que a deslocação para esta (ou para outras) zona não tenha tendência a fixar-se e seja por isso temporária. Necessitamos de acompanhar a situação com mais dados de observação e esperar longos meses para saber se o que agora ocorre se desvanecerá ou se, pelo contrário, tem tendência a fixar-se como um novo território das drogas. O que os modelos teóricos das abordagens ecológicas aplicadas a comportamentos e contextos desviantes permitem prognosticar é que isso dependerá do modo como as redes de vizinhança agora expostas a esta nova situação activarem (ou não) um controle social informal e uma reacção que impeça a fixação dos actores das drogas aí. E tal reacção depende, por sua vez, do próprio equilíbrio social do bairro e do modo como os seus habitantes o têm mais ou menos investido e territorializado, depende da percepção que eles têm sobre a sua capacidade de influir no controlo do quotidiano e no destino colectivo do seu habitat. Depende, a nosso ver, também da forma como os vários dealers do próprio bairro interagem com os novos concorrentes: cooperam ou afastam-nos? Tudo depende das redes de sociabilidade pré-existentes entre eles, sabido que é que os dealers duns bairros conhecem os dos outros, habitualmente. Obviamente que há um largo desconhecimento destes movimentos sociais, pelo que o prognóstico aqui é impossível.

O que é certo, para já, é a resistência dos dealers às estratégias de combate que lhes são movidas. Se da carreira de adicto às drogas duras já sabíamos poder ser longa, também da actividade de vendedor podemos dizer o mesmo. Não desiste facilmente, continua a assumir os riscos de andar na rua a vender mesmo quando vê o cerco a fechar-se (7). Deve haver várias razões para este comportamento, algumas delas são hoje já claras: a heroína e a cocaína dão muito dinheiro e, sobretudo a primeira, tem fiéis clientes que asseguram a estabilidade da venda; muitas vezes o dealer também é dependente de drogas, vende-as para poder consumir e porque assim está sempre perto das ligações que lhe tornam disponível; frequentemente é um indivíduo desqualificado socialmente (desescolarizado, com enquadramentos familiares problemáticos, desempregado de longa duração, sem nenhuma competência laboral específica), é um membro da underclass, um cidadão do lado excluído da urbe. Dito rapidamente: não sendo vender drogas, não sabe fazer mais nada; não sendo estar na rua, não tem lugar a que chame seu; não sendo com os outros frequentadores

das esquinas dos bairros por onde passam as “transas” e os “chutos”, não tem com quem estar; não sendo sobre as drogas, não tem referente para as conversas (talvez, ainda assim, futebol e mulheres)

b) a microfísica dos poderes de regulação do tecido social: age primeiro e só depois reflecte. E, tal como do lado dos desviantes, também os seus actores prosseguem inalterados: limitam-se a reforçar a sua própria lógica de actuação, limitam-se a insistir sobre a sua própria legitimação, limitam-se a repetir ainda outra vez as proto-explicações que reforçam estereótipos, perpetuam a lógica binária ordem-desordem, normalidade-transgressão, droga-dependência, dependência-exclusão, exclusão-reabilitação, tráfico-delinquência, delinquência-áreas urbanas degradadas...

O Efeito Casal Ventoso como Analizador

Em síntese, o que o efeito Casal Ventoso parece trazer à luz é o facto de a insistência discursiva que actualiza sucessivamente o tema da droga-perigo, droga-incivilidade, etc. se destinar a produzir espectáculo mediático. De facto, o consumo de drogas tornou-se um tema de consumo, elevado através do alarme social à categoria de espectáculo com grande apelo emocional. Isto não deixa de produzir efeitos: sobre o imaginário da insegurança, sobre as crenças e as concepções que os cidadãos da urbe têm acerca dos problemas que os afligem (vidé, por exemplo, recentes sondagens publicadas pelo jornal O Público sobre as causas do medo e da insegurança nas cidades).

Trás também à luz o facto das modalidades discursivas sobre um objecto serem determinantes nas práticas sociais desenvolvidas com o fim de intervir nele. O “problema da droga” é, pois, construção discursiva que releva das ideologias dominantes numa formação social, esgrimindo-se nele as concepções em confronto sobre o que é a ordem, quem a define e regula, quem define o que é desviante, quem tem, finalmente, poder sobre o poder de regular e dirigir. Não dizemos nada de original: a chamada criminologia crítica, emergente nos anos 60, já demonstrou amplamente esta tese a propósito daquilo que denominou delitos sem vítima – prostituição, homossexualidade, aborto, consumo e venda de drogas (Cf. Espinosa, 1989; Cohen, 1985).

O que é novo de há algum tempo para cá é a deslocação da modalidade discursiva com que se diz a droga. Com efeito, desde o início dos anos 90 assiste-se ao deslocar da proble-

matização das drogas do indivíduo e da doença – tema predilecto do paradigma medico-psicológico centrado nas toxicomanias juvenis – para os espaços: os sítios das drogas. Se, durante a fase anterior, ela tinha interrogado o dispositivo medico-psicológico e feito entrar em crise as concepções sobre a clínica e as psicoterapias, interroga agora o dispositivo de gestão da cidade e faz entrar em crise as concepções sobre o controle social e a segurança urbana. Em última análise convoca o tema da (in)civilidade e da possibilidade da convivência e da confiança nos espaços comuns da vida de todos os dias.

O que entra em crise não é agora o lugar clínico, o espaço terapêutico, mas os sítios que são de todos. É como se a cidade estivesse a ser apropriada por um fenómeno que escapa à gestão eficiente da esfera pública. Ao sentimento de impotência (para curar os toxicodependentes) substitui-se agora o sentimento de insegurança. E se da figura do toxicómano juvenil se evoluiu para a de adolescente em risco, parece querer evoluir-se da figura dos sítios das drogas para a cidade em risco. Também a tensão anterior entre os técnicos de intervenção (qual modelo utilizar? que classe profissional gere o dispositivo da droga? quem pode fazer psicoterapia?, etc...) parece agora dar lugar (sem querer dizer que se resolveu...) a outra mais premente: quem tem competência para pôr cobro à desordem da cidade trazida pela desordem das drogas? Polícia – e qual delas? –, Câmara Municipal, Governo Civil, super-esquadras, brigadas anticrime, conselho municipal de segurança ou... milícias de populares auto-armados?

O que é parético observar é que parece assistir-se a um movimento de defesa que não compreende que não luta com algo que venha de fora (dos países produtores, das rotas da droga, das “plataformas giratórias”; do junkie como se fosse um alienado social, do “mundo da droga” como esfera à parte da sociedade normal), que luta com algo que é, somente, produzido pelas próprias sociedades urbanas avançadas. Escutar o fenómeno parece, pois, ter muito a ensinar-nos sobre como temos gerido o nosso destino colectivo.

Luís Fernandes

Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto; Investigador do Centro de Ciências do Comportamento Desviante

RESUMO / ABSTRACT / RESUME

RESUMO: O autor avalia a função e os efeitos do rumor social, amplificado pelos meios de comunicação de massas, à cerca dos bairros ditos das “drogas” e dos seus actores centrais, o “dealer” e o “junkie”. Tem como base empírica o seu trabalho de etnografia urbana em bairros sociais do Porto e apoia-se num referencial teórico próximo do interaccionismo simbólico. Sob o nome efeito Casal Ventoso procura esclarecer a influência que as modalidades discursivas sobre a insegurança urbana e a droga têm sobre os dispositivos de controle social, por um lado, e sobre os actores das drogas, por outro. Reflete, por fim, sobre o significado da deslocação das figuras explicativas do fenómeno droga, desde o tema inicial das toxicomanias juvenis para o actual dos sítios das drogas e das ligações droga-sentimento de insegurança.

ABSTRACT: The author considers the function and effects of the social rumour amplified by Mass Media, concerning the so called “drug quarters” and its main actors, the dealer and the junkie. As an empirical basis he turns to his own urban ethnographic work in some social quarters in Oporto and he relies on theoretical references close to symbolic interactionism. Through the effect name Casal Ventoso he tries to clarify the influence that discursive modes about urban insecurity and drugs have over the social control devices, on the one hand and over the drug actors, on the other. He finally considers the meaning of the displacement of the explicative figures of the drug phenomenon, from the initial subject of youth drug addiction to the actual “places of drugs” and the link drug/insecurity feeling.

RESUME: L'auteur évalue la fonction et les effets de la rumeur sociale, amplifiée par les moyens de communication des masses à propos des quartiers dits des “drogues” et de leurs auteurs principaux, le “dealer” et le “junkie”.

Il utilise comme base empirique son travail de l'ethnographie urbaine développé dans les quartiers sociaux du Porto appuyé par une base théorique près de l'interaccionisme symbolique. Par le nom “effet Casal Ventoso” on cherche éclairer l'influence que les modalités discursives sur l'insecurité urbaine et la drogue ont tant sur les dispositifs du controle social comme sur les auteurs des drogues. Finalement, il reflète la signification du déplacement des figures explicatives du phénomène drogue depuis le thème initial des toxicomanies juvéniles jusqu'à l'actuel placement des drogues et des liaisons drogue-sentiment de l'insécurité.

BIBLIOGRAFIA

- ACKERMANN, DULONG e JEUDY (1983). *Imaginaires de l'insecurité*. Paris: Librairie des Méridiens.
- ADLER, P. (1990). *Ethnographic research on hidden populations. Penetrating the drug world*. In Lambert (Ed.): 96-112.
- BASTENIER, A. (1989). *L'immigration au quotidien. Essay sur la fonction sociale de la rumeur*. Louvain-La-Neuve: Academia.
- BECKER, H. (1963). *Outsiders. Studies in sociology of deviance*. New York: The Free Press of Glencoe.
- BECKER, H. & MCCALL, M. (1990). *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BOURGOIS, Ph. (1992). *Une nuit dans une “shooting gallery”: enquête sur le commerce de la drogue a East Harlem*. Actes de la recherche en Sciences Sociales, 94, 59-78.
- CHAMPAGNE, P. (1991). *La construction médiatique des «malaises sociaux»*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 90.
- COHEN, S. (1972). *Folk devils and moral panics*. London: Hutchinson.
- COHEN, S. (1985). *Visiones de control social*. Barcelona: P.P.U.
- COULON, A. (1987). *L'ethnomethodologie*. Paris: PUF.
- COULON, A. (1992). *L'École de Chicago*. Paris: PUF.
- ESPINOSA, E. (1989). *Delictos sin víctima. Orden social y ambiental moral*. Madrid: Alianza Ed.
- EVANS-PRITCHARD, E. (1972). *A Antropologia Social*. Lisboa. Edições 70.
- FERNANDES, L. (1993). *Territórios psicotrópicos*. In C. da Agra (Ed.) *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto: Ed. Radicário.
- FERNANDES, L. (1994). *Topografia urbana do medo – os “espaços perigosos”*. Revista do Ministério Público, 59, 11-27.
- FERNANDES, L. & AGRA, C. da (1991). *Uma topografia urbana das drogas*. Lisboa: GPCCD.
- HAMMERSLEY & ATKINSON (1983). *Ethnography: principles in practice*. London: Tavistock Publications.
- HANNERZ, U. (1980). *Exploración de la ciudad*. México: Fondo de Cultura Económica
- KAPLAN & GRUND (1989). *Epidémiologie et ethnographie. Retrovirus - La Revue du SIDA*, 3, 83-89.
- MATZA, D. (1969). *El proceso de desviación*. Madrid: Taurus.
- OUELLET, L.; JIMENEZ, A.; JOHNSON, W.; WIEBEL, W. (1991). *Shooting Galleries and HIV diseases: Variations in places for injecting illicit drugs*. Crime & Delinquence, 37, 64-85.
- RIDRUEJO ALONSO, P. (1982). *Prólogo à tradução da obra de H. Blumer El interaccionismo simbólico*. Barcelona: Ed. Hora.
- ROMANI, O. (1994). *Etnografia y drogas. Discursos y practicas. Las adicciones. Hacia un enfoque multidisciplinario*, vol. 8. (no prelo)
- ROSE, D. (1990). *Living the ethnographic life*. U.S.A.: Sage.
- WHITE, W. (1955). *Street corner society*. Chicago: The University of Chicago Press.